



A pesquisa em acervos e a preservação do patrimônio cultural pelo Condephaat em São Paulo

Research in collections and preservation of cultural heritage by Condephaat in São Paulo

Investigación en colecciones y preservación del patrimonio cultural por Condephaat en São Paulo

WOLFF, Silvia Ferreira Santos

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, São Paulo, Brasil.

silvia.upph@gmail.com
ORCID: 0000-0001-7538-2750

Recebido em 06/08/2021 Aceito em 24/08/2022



Resumo

O texto trata do processo empregado pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, estrutura técnica e administrativa de apoio ao conselho de preservação cultural oficial do Estado de São Paulo, Condephaat, de busca de estabelecimento de práticas para realizar tombamentos fundamentados em pesquisas temáticas, feitas a partir de consultas a acervos arquivísticos. As experiências empreendidas no âmbito do serviço técnico buscaram, à luz de métodos tradicionalmente empregados para constituição de séries museológicas, criar referências comparativas e explicativas para a constituição de parâmetros para as indicações de preservação pelo tombamento.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; acervo; arquitetura; paulista

Abstract

The text deals with the process used by the Historical Heritage Preservation Unit, a technical and administrative structure to support the official cultural preservation council of the State of São Paulo, Condephaat, in the search for the establishment of practices to carry out listings based on thematic research of archival collections. These experiences made by technicians, in the light of methods traditionally used for the constitution of museological series, contributed to create comparative and explanatory parameters for official designations, “tombamento”.

Key-words: cultural heritage; collection; architecture; São Paulo.

Resumen

El texto aborda el proceso utilizado por la Unidad de Preservación del Patrimonio Histórico, estructura técnica y administrativa de apoyo al consejo oficial de preservación cultural del Estado de São Paulo, Condephaat, en la búsqueda del establecimiento de prácticas para la realización de designaciones oficiales de conservación, basados en series temáticas, sendo que las investigaciones fueron realizadas a partir de consultas con fondos de archivo. Las experiencias hechas en el ámbito del servicio técnico buscaron, a la luz de los métodos tradicionalmente utilizados para la constitución de series museológicas, crear referencias comparativas y explicativas para la constitución de parámetros para las indicaciones y selecciones de conservación legal, “tombamento”.

Palabras-clave: patrimonio cultural; colecciones; arquitectura; São Paulo



1. Introdução

O objetivo do presente é o de verificar a participação de pesquisas arquivísticas na constituição do conjunto de bens tombados pelo Condephaat, conselho de preservação do patrimônio cultural do Estado de São Paulo. A observação se faz mediante o relato de algumas investigações realizadas e que subsidiaram a avaliação de bens culturais posteriormente salvaguardados oficialmente. Para o presente texto foram selecionadas experiências de estudos de bens patrimoniais que foram analisados reunidos em conjuntos. Agrupados segundo categorias, temas relacionados com sua origem, autoria, ou natureza funcional. Prática que progressivamente vem se consolidando nos tombamentos realizados pelo conselho, e que se afasta de procedimentos mais usuais anteriormente utilizados em que artefatos únicos, eram estudados individualmente.

A prática e o conhecimento de técnicas de inventário que, seguramente, contribuiriam para escolhas criteriosas do que preservar, eram conhecidas pelo corpo técnico que, contudo, não lograva aplicá-las, prevalecendo, desde a origem do conselho no final da década de 1960, primordialmente o atendimento de solicitações da comunidade por bens culturais isolados, em geral ameaçados de desaparecimento físico.

As experiências selecionadas caracterizam-se ainda por relatar estudos com uso extensivo de documentos reunidos em arquivos. O objetivo é o de, ao mesmo tempo, relatar a tentativa de consolidação de procedimentos, e o de afirmar, com base na observação dessas experiências, como a pesquisa quantitativa pode contribuir para a formação de séries e compreensão de tipologias de bens culturais arquitetônicos e, portanto, de juízos críticos mais consistentes.

Famílias de bens culturais que, à semelhança dos conjuntos de séries museológicas, possibilitam análises comparativas, avaliações qualitativas e valorações cujos sentidos podem tornar-se acessíveis à compreensão do público em geral, não apenas a de especialistas.

Apresentam-se experiências realizadas em estudos de conjuntos de bens que foram caracterizados e selecionados para tombamento a partir de consultas a arquivos documentais públicos ou privados. O tombamento de escolas oficiais da Primeira República; o da região chamada “Jardins”, resultante dos pioneiros loteamentos com modelo *garden city* em São Paulo; e o de restrita seleção representativa dentre a extensa obra dos arquitetos Ramos de Azevedo, Rino Levi e Vilanova Artigas.

Essas pesquisas, feitas com amplo apoio em acervos documentais, diferenciam-se das que, de modo mais recorrente, ocorriam na prática de realização de tombamentos de bens arquitetônicos pelo Condephaat, estudados isoladamente com frequência.

Na origem da preservação do patrimônio cultural no Brasil na década de 1930 buscava-se identificar fragmentos materiais significativos do ponto de vista da formação da nação e representativos da história de sua arquitetura, cujas balizas e marcos, paralela e associadamente, também vinham sendo construídos e escritos, não raro pelos mesmos pesquisadores que atuavam no instituto de preservação, Iphan.

Já no anteprojeto para criação federal do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, feito em 1936, Mario de Andrade esboçava, dentre outros, aspectos relativos à identificação do patrimônio a ser protegido e, também, propósitos de divulgação do que fosse preservado para propagação do conhecimento a seu respeito. (SPHAN; PROMEMORIA, 1981).

A Revista do Patrimônio, cuja criação e objetivos estavam também tratados no referido anteprojeto, publicava ensaios, documentos, inventários e o resultado de pesquisas empreendidas, que lançavam e sedimentavam a base para o reconhecimento do que deveria ser valorizado, recuperado do abandono, preservado do desaparecimento e divulgado como legado da cultura do país. Providências



almeçadas e presentes na atuação do Iphan desde sua criação em 1937 (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Se essas balizas temáticas asseguraram ao Iphan precisão do que selecionar, especialmente em termos de artefatos arquitetônicos, pelo menos ao longo dos primeiros cinquenta anos; não foi bem assim em estruturas locais como o Condephaat (RODRIGUES, 2000). Em sua origem, o conselho contratou pesquisas e inventários de reconhecimento da cultura material paulista. Contudo, logo abandonou a prática e passou a responder demandas por tombamento feitas a partir de situações variadas pela comunidade. E ainda, passou quase prioritariamente a responder às solicitações revestidas pela urgência de ameaças de demolições.

Nessas mais de oito décadas que separam a institucionalização da preservação oficial no Brasil, os critérios sobre o que salvar e os instrumentos para fazê-lo ocupam o cerne das ações empreendidas, também no âmbito de estruturas regionais e municipais. Instituições que prosseguem sendo criadas com esse intuito. Sendo o tombamento o instrumento legal por meio do qual alguns artefatos são destacados para permanecer como representativos e como herança para o futuro. As sucessivas gerações em nome das quais bens culturais vêm sendo preservados, porém, nem sempre veem o sentido e o valor atribuído pelo tombamento a esses bens que lhes são legados. Ainda mais quando as escolhas também são pautadas pelo risco da perda. A conexão clara entre esses objetos, o passado que os criou e a necessidade ou o sentido de sua permanência no presente vai se perdendo.

Além disso, mais recentemente os conceitos do que, para quem e como preservar vem adquirindo outros contornos em meio a debates sobre os limites do campo, muito ampliados após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Mas, neste espaço, pretende-se trazer reflexões sobre práticas de identificação construídas em alguns estudos para instrução de processos de tombamento de bens arquitetônicos ou urbanísticos realizados pelo Condephaat.

2. Preservação oficial no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, houve tentativas para criar sistema próprio que tratasse de bens patrimoniais locais, cuja relevância não tivesse dimensão reconhecida como de representatividade nacional, que coincidiram com o mesmo momento de instituição do Iphan nos anos 1930 (SPHAN; PROMEMORIA, 1981, p.63). Contudo, apenas no final da década de 1960 houve efetivamente a formação de um conselho estadual, o Condephaat (KAMIDE; PEREIRA, 1998).

O Condephaat foi criado com apoio institucional e metodológico do Iphan de São Paulo. O arquiteto Luis Saia, que dirigia a regional local, participou ativamente do momento inicial do conselho paulista, assim como professores da Universidade de São Paulo, além de outras representações da sociedade civil (KAMIDE; PEREIRA, op.cit.; MARTINS, 2018; RODRIGUES, 2000).

Em sua fase inicial o Condephaat, sob direção técnica do arquiteto Carlos Lemos, professor de história da arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, contratou uma série de pesquisas de reconhecimento da cultura material paulista, tanto em viagens e levantamentos de campo de arquitetura e conjuntos urbanos, quanto pesquisas documentais em arquivos.

As viagens de reconhecimento, parte dos procedimentos integrantes da estrutura do Iphan, eram algo que Mario de Andrade já empreendera em seu anseio de conhecer o Brasil antes mesmo da criação do serviço. São famosas suas viagens na década de 1920, nas quais foi acompanhado por modernistas e seus promotores como Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars e D. Olívia Penteado. Mas, em 1919 já tinha ido sozinho a Minas Gerais e se encantado com a arquitetura, pintura e escultura das cidades do ouro. (SPHAN; PROMEMORIA, op.cit., p.28).



Parte inerente da atividade de preservação, os inventários sistemáticos, como já referido, foram sendo progressivamente menos presentes na prática do Condephaat. Para tal contribuiu o fato de que a maioria dos bens tombados por este conselho foi sugerida por solicitações enviadas ao órgão, cuja legislação prevê que qualquer cidadão demande esta ação preservacionista. Demanda que é analisada tecnicamente e decidida em reunião do colegiado de representantes da sociedade. Deste modo, relativamente muito pouco foi tombado no Condephaat por iniciativa do próprio conselho e de seus pesquisadores.

[...] ações mais pontuais e o atendimento a crescentes demandas, essencialmente de análise, aprovação e licenciamento de alterações nos ambientes daquilo que era tombado oficialmente absorveram quase a totalidade da capacidade de trabalho. O controle das transformações de áreas tombadas e de seu entorno, consumiu assim quase todo o investimento do Conselho e de suas estruturas técnico-administrativas.

Neste panorama atividades como os estudos de tombamento e inventários sistemáticos foram se restringindo, redução acentuada pela progressiva retração quantitativa dos quadros técnicos (WOLFF, 2021, p.3)

Deste modo, os tombamentos do Condephaat de um modo geral, principalmente até os anos 2000, foram feitos mais voltados ao atendimento de cada pedido particularmente feito, sem que houvesse análises articulando os bens tombados em conjuntos que os relacionassem por vínculos de origem, de natureza programática ou tipológica.

A organização da publicação relativa à comemoração dos primeiros trinta anos de existência do Condephaat ao final do século XX, é exemplar em demonstrar a ausência de séries temáticas que estabelecessem nexos entre os bens culturais protegidos. A organização do catálogo de bens tombados foi feita por ordem alfabética dos municípios em que se situavam. Decisão pragmática, pautada pela indexação das solicitações nos arquivos administrativos do conselho, mas, distanciada de critérios relacionados com cronologias e funções dos bens que poderiam dar consistência à percepção dos processos culturais que os haviam originado. Houve grande esforço para compilar e reunir a documentação para realização da publicação (KAMIDE; PEREIRA, op.cit). O resultado foi muito bom ao arrolar o que tinha sido tombado até então, mas limitado do ponto de vista da compreensão geral e simbólica do que esses fragmentos materiais representavam.

No início da ação preservacionista no Brasil por Mario de Andrade já se preconizava que as ações de salvaguarda também servissem a propósitos de divulgação do conhecimento e consequente valorização mais ampla pelos cidadãos.

Nesse sentido, a compreensão do sentido dos tombamentos pelo Condephaat ainda hoje permanece restrito. Acrescente-se que as justificativas das seleções feitas, em geral restritas a textos argumentativos internos que subsidiavam os debates do conselho, e, posteriormente, os textos legais, também não contribuíam para elucidar o público sobre o significado e representatividade do que vinha sendo tombado.

A despeito dessas práticas mais cotidianas, esporadicamente, alguns estudos sistemáticos baseados em pesquisas mais amplas foram feitos ao longo das décadas e para tal foi de fundamental importância a existência de acervos que os embasassem.

Coleções de documentos de natureza pública ou privada foram explorados de modo a subsidiar a representatividade de determinadas estruturas arquitetônicas entendidas como conjuntos. E resultaram ações de preservação e tombamento cujas seleções de exemplares a serem preservados foram fundamentadas em critérios que consideraram cronologias, tipologias funcionais, estilísticas, autorias, determinantes sociais e culturais para sua existência e análises críticas e comparativas.



3. Primeiros estudos sistemáticos para tombamento pelo Condephaat

3.1. Arquitetura pública e o acervo do D.O.P.

Um dos estudos que teve amplas repercussões no âmbito das ações preservacionistas do Condephaat foi o que resultou no tombamento de mais de uma centena de prédios escolares públicos.

Tal estudo, porém, não nasceu de uma solicitação de tombamento, mas sim de uma parceria institucional e técnica entre o conselho de preservação e a Secretaria Estadual de Educação feita nos anos 1980. O acordo buscava melhor avaliar o acervo de prédios escolares públicos de cuja manutenção o Estado deveria zelar, além de elaborar diretrizes de intervenção para exercer adequadamente as ações de conservação e adaptação dos espaços a novas demandas. (WOLFF, 2020)

O fato de ter embasado o tombamento de mais de cem prédios, após cerca de vinte anos do início da colaboração técnica, adveio da excepcional qualidade arquitetônica do conjunto de prédios escolares identificado e do reconhecimento de sua significação cultural. A caracterização deste universo e de seu valor, porém, só foi possível por haver acessível já na origem dos trabalhos, arquivo de projetos de excelente qualidade e organização. O arquivo técnico de projetos do hoje extinto Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo, D.O.P.

Na década de 1980 esse departamento, com origem ainda no Império, abrigava exemplarmente indexados, todos os projetos arquitetônicos e memoriais descritivos da infraestrutura edificada no Estado de São Paulo até então. Ao menos aquela realizada após a Proclamação da República, quando o departamento tinha sido reformulado e aparelhado e anterior aos anos 1960, quando a especialização dos programas ensejou a criação de algumas estruturas específicas para tratar separadamente, por exemplo, de escolas e hospitais.

Escolas públicas, mas também fóruns e cadeias, postos de saúde, parques, pontes, sanatórios, hospitais e até o Aeroporto de Congonhas haviam sido concebidos e edificados pela mesma estrutura pública do governo paulista desde o final do século XIX até então. Cada intervenção ou reforma realizada nos prédios já construídos ou adaptados igualmente eram registradas e compunham a memória documental das construções oficiais arquivadas no D.O.P.

Deste modo, quando a Secretaria da Educação demandou ao Condephaat colaboração para identificação de prédios escolares a merecerem cuidados especiais de manutenção no início dos anos 1980, esse acervo de documentos precisamente arquivados foi um manancial rico de informações que proporcionou a compreensão e delimitação de um conjunto de prédios de modo também rigoroso.

Coube ao Condephaat, por meio de pesquisas históricas complementares, estabelecer as balizas temporais para o estudo, que se circunscreveu à Primeira República. O acervo do D.O.P. era organizado classificando os prédios isoladamente, a partir do local em que estavam implantados, e foi o exame do conjunto de peças gráficas sobre cada um dos estabelecimentos escolares que foi, aos poucos, permitindo classificar e agrupar os projetos segundo tipos de plantas, de fachadas e de especificidades dos programas pedagógicos.

A base documental, portanto, foi constituída pelos projetos originais de prédios feitos na chamada Primeira República, complementados por publicações da própria Secretaria da Educação que, por vezes, registrava fotograficamente seus estabelecimentos e os divulgava em exposições e publicações (Figura 3). Essa pesquisa gerou conhecimento sobre as construções escolares e públicas desse período, bem como sobre o programa educacional paulista de modo mais amplo.

Figura 1: Reprodução de prancha de projeto original do D.O.P. de projeto de escola

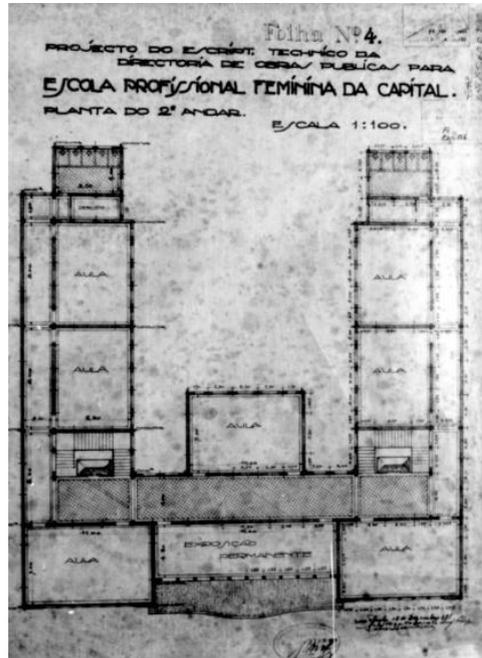


Figura 2: Reprodução de prancha de projeto original do D.O.P. de projeto da Escola Normal de Campinas

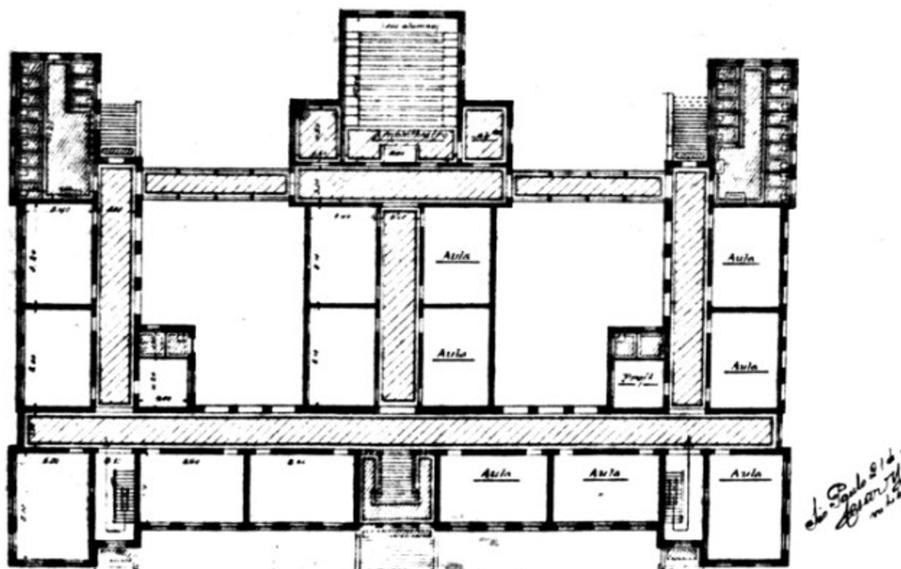


Figura 3: Reprodução de fotografia da Escola Normal de Campinas



Fonte: Acervo Condephaat

Tanto a organização original do acervo do D.O.P., quanto as classificações dos projetos foram feitas, à época, sem o apoio de bancos de dados informatizados. Portanto, a identificação e seleção só foi possível graças à existência do arquivo e a excelência de sua organização.

Ao longo do processo de pesquisa a qualidade do conjunto de prédios foi reconhecida a ponto de gerar a abertura de estudo e o posterior tombamento de mais de centena de prédios escolares. Mais amplamente esse conhecimento impulsionou trabalhos acadêmicos, a formação de estratégias para a manutenção e restauração dos prédios e a formação de profissionais habilitados a projetar e realizar essas intervenções. Também se alcançou a desejada valorização dos prédios por parcelas da comunidade.

Posteriormente, na década de 1990, o referido D.O.P. foi extinto e desde então o conjunto de documentos teve seu acesso mais dificultado e até projetos extraviados. Recentemente temos notícias de que, afinal, o precioso acervo chega ao Arquivo do Estado de São Paulo, onde tem o potencial imensurável de alimentar novos estudos. É notícia auspiciosa essa chegada e o que prenuncia como conhecimento sobre a história da arquitetura pública paulista.

De todo modo, a partir do estudo das escolas públicas e do acesso pleno aos seus projetos arquitetônicos originais, criaram-se conhecimento e parâmetros comparativos para estudar estabelecimentos de ensino produzidos também em outros períodos ou por entes privados. Este conhecimento possibilitou também estudar e avaliar prédios públicos concebidos para outras funções feitos pelo mesmo departamento de obras.

O conhecimento sobre os métodos de conceber projetos escolares do Departamento de Obras Públicas Paulista embasou mais tarde, por exemplo, o estudo de prédios vinculados à administração da Justiça e da Segurança Pública no Estado de São Paulo. Com base em comparações feitas a partir do conhecimento acumulado sobre as edificações de escolas públicas, atribuições de autoria e identificação de famílias tipológicas foram formuladas no estudo das construções de Casas de



Câmara e Cadeia e de Fóruns paulistas. O que resultou, até o momento, no tombamento de mais de uma dezena de prédios dessa natureza em cerca de vinte municípios.

Os arquivos de projetos arquitetônicos do D.O.P. sobreviveram enquanto o departamento existiu. Ou, parcialmente, enquanto os projetos ainda eram entendidos como documentos necessários para a realização de obras de intervenção nas edificações que geraram. Mas, a conservação dos acervos ocorreu mais precariamente após a extinção do serviço nos anos 1990, quando o conjunto documental foi progressivamente sendo dilapidado. O que também ocorreu conforme a atribuição de responsabilidade sobre as manutenções dos prédios foi se diluindo, distribuída por novos diferentes entes especificamente criados para essa função e para desenvolver projetos. As questões relativas aos prédios escolares, por exemplo, passaram a ser tratadas em estrutura técnico-administrativa criada para tal fim; ao passo que a produção e gestão dos edifícios hospitalares, coordenada pela Secretaria da Saúde.

Necessário dizer que a identificação das autorias dos projetos de prédios escolares na Primeira República feitos pelo D.O.P. foi possível pois as pranchas de desenhos eram assinadas por arquitetos, desenhistas e por diretores e chefes de seção, ilustrando sua hierarquizada estrutura de organização. (Figuras 1 e 2). Porém, nada mais foi localizado com relação a esses personagens. Já que não se conservaram arquivos funcionais, nem prontuários de seções de pessoal. Esse aspecto é muito revelador da natureza pragmática que garante, ou não, a sobrevivência de arquivos relativos à produção de arquitetura no Brasil. Os documentos sobre funcionários iam deixando de ser relevantes para a administração enquanto estes iam se aposentando e, portanto, eram descartados. Informações preciosas para o entendimento da produção da arquitetura paulista sob o ponto de vista de seus autores tais como a formação acadêmica que tiveram, suas procedências, ou sobre as formas de contratação de profissionais e de projetos, ainda não foram localizadas, na ausência desse tipo de registro.

Deste modo, pouco ou nada se sabe sobre os autores das obras públicas paulistas. Constituem exceção alguns arquitetos, como Ramos de Azevedo e Victor Dubugras, cuja produção ultrapassou os limites da atuação na esfera pública e eram conhecidos; outros permanecem obliterados pela certa obscuridade associada à carreira no funcionalismo (WOLFF, 1993).

3.2. A arquitetura de profissionais liberais

3.2.1. Os bairros jardins e a Cia. City

Outro estudo a valer-se de um acervo exemplarmente organizado, também com finalidade pragmática, foi o que gerou o tombamento de manchas urbanas pelo Condephaat.

A Cia. City, foi criada na década de 1910 e foi responsável pela urbanização de extensas áreas paulistanas, principalmente na região sudoeste da cidade. Sobretudo com o modelo urbanístico tipo *garden city*, introduzido em São Paulo pioneiramente pela companhia. A empresa permanece em atividade e, sendo uma empresa de venda de terrenos, organiza seu arquivo documental, segundo a lógica de cada lote comercializado, um grande acervo relativo à comercialização de unidades em suas terras loteadas. A companhia controlava também a qualidade das construções feitas nos terrenos vendidos, até a década de 1970, aprovando projetos previamente à Prefeitura. Mantinha ainda um cadastro de arquitetos que recomendava aos compradores, pois os reconhecia como habilitados para garantir a paisagem que desejava construir e assegurar (WOLFF, 2001).

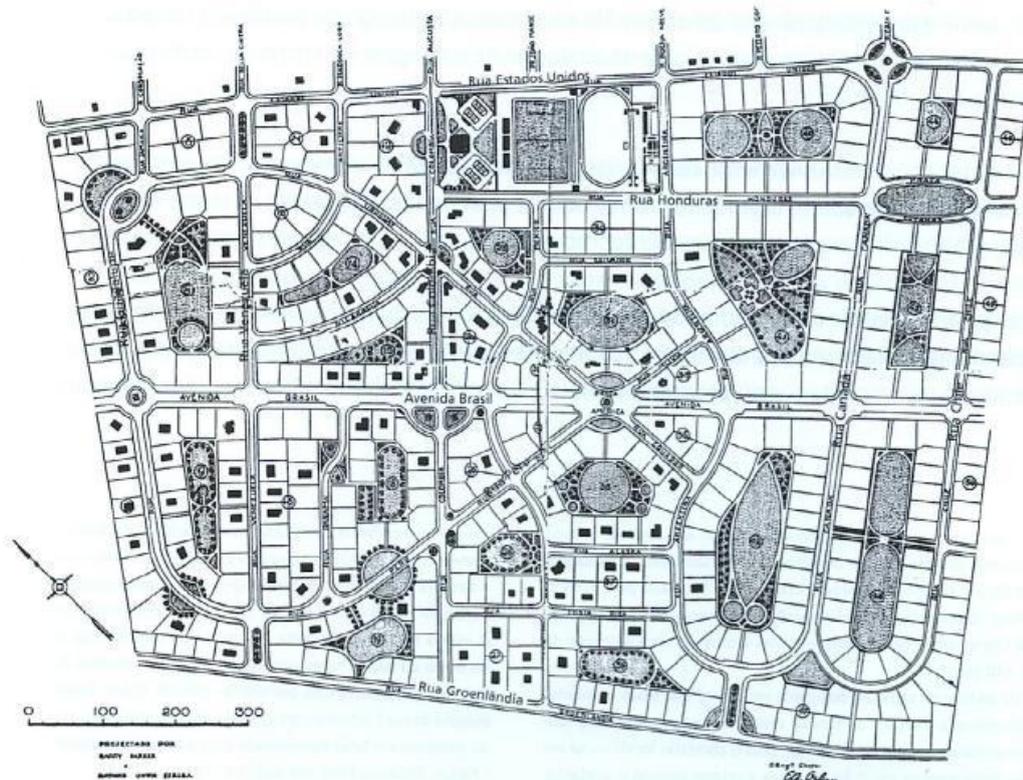
De toda essa documentação sobrevivem as relativas aos terrenos vendidos, os projetos aprovados, os desenhos de loteamentos e documentação relativa ao departamento comercial, como propagandas e ainda, a documentação legal, sobre litígios. Mas não se conservam cadastros dos arquitetos “bem avaliados”, nem os de antigos funcionários.

Os mapas dos loteamentos foram fundamentais para balizar os estudos e fundamentar os tombamentos dos primeiros bairros jardins de São Paulo, Jardim América e Pacaembu (Figura 4). Pioneira experiência de preservação de amplos segmentos urbanos feitos pelo Condephaat nas décadas de 1980 e 1990. Em conjunto com documentação diversificada e os projetos originais aprovados pela empresa, os planos urbanísticos dos loteamentos propiciaram estudos que contribuíram para o conhecimento do urbanismo e arquitetura da cidade, especialmente sobre exclusivamente residencial na primeira metade do século XX.

A consulta a esta documentação, além de subsidiar os estudos de tombamento, possibilitaram trabalhos acadêmicos sobre diferentes aspectos da atuação da empresa (BACELLI, 1982; D'ELBOUX, 2015; NASSARALLA, 2011; REALE, 1982; SOUZA, 1988; WOLFF, 2001).

O conhecimento da arquitetura das escolas públicas paulistas do início do século XX permitiu rebatimentos sobre a arquitetura deste período de um modo geral. Do mesmo modo, o entendimento da arquitetura residencial de classes médias e altas na cidade de São Paulo nos loteamentos da Cia. City, anteriores a 1950, também reverberou no Condephaat e em trabalhos acadêmicos com temas correlatos. Compreendendo as permanências da tradição arquitetônica local e o gradual processo de assimilação das propostas vanguardistas internacionais da arquitetura moderna nessas residências, por exemplo, foi possível entender sua afirmação mais efetiva também em outras circunstâncias e programas na segunda metade do século XX.

Figura 4: Mapa do loteamento Jardim América em 1923



Fonte: Acervo Cia. City



3.2.2. O acervo do Escritório Técnico Ramos de Azevedo e sua preservação parcial

O arquiteto Ramos de Azevedo projetou, promoveu ou tomou parte do processo exponencial de crescimento e de modernização de São Paulo a partir das últimas décadas do século XIX. Figura articuladora e presente em quase todas as frentes por meio das quais se desenvolveu a construção civil na cidade, na qual fixou residência após seu período de formação na Bélgica (CARVALHO, 2000; LEMOS, 1993).

Ramos de Azevedo foi o autor de projetos escolares para o governo paulista logo após a instauração da República, quando o novo governo iniciou seu renovador projeto pedagógico (WOLFF, 2010). Mas não apenas. Seu escritório técnico projetou prédios de uso público desde o final do século XIX e por toda a primeira metade do século XX pelo menos. E, também, prédios comerciais, entrepostos, instalações ferroviárias para companhias privadas, teatros, fábricas, sedes de fazenda e as residências de toda uma elite que construía novas casas se afastando do centro antigo de São Paulo.

Sua empresa, ampliada e renomeada Escritório Técnico Severo Villares, sobreviveu até os anos 1980. Toda a documentação e projetos realizados por cerca de cem anos, arrolados em sofisticado e eficiente sistema arquivístico, durou até então também. Dos arquivos faziam parte, além dos projetos originais, a relação dos clientes, catalogados em cadernos em ordem alfabética, mas também escriturados cronologicamente, por ordem de realização.

No início de sua carreira, ao final do século XIX, a obra era fotografada quando pronta. Os negativos em vidro cuidadosamente preservados, assim como portfólio com reproduções fotográficas ampliadas de suas primeiras realizações, organizadas em rico álbum encadernado em couro, sobreviveram.

Embora, por exemplo, o Teatro Municipal de São Paulo, uma das realizações de seu escritório, jamais tenha sofrido ameaça de demolição, muito da obra de Ramos de Azevedo perdeu-se e outra grande parte era desqualificada, inclusive e principalmente por arquitetos, até pelo menos os anos 1980. Naquele momento reconhecia-se já o grande valor afetivo que grandes instalações de uso público, como tantas que o arquiteto e seus colaboradores conceberam, tinham para a população. Tais como o prédio do Tribunal de Justiça, o Palácio das Indústrias ou a Escola Normal Caetano de Campos. Mas, afinal, não tinham lá muito “valor arquitetônico”, como então se dizia.

A ameaça de demolição pelo metrô de São Paulo em fase de implantação da Escola Normal Caetano de Campos tinha causado grande comoção nos anos 1970. O prédio foi tombado, restaurado e preservado pelo seu inestimável valor afetivo, mas sem que se creditasse mérito a sua arquitetura.

Este panorama de desqualificação da arquitetura eclética em geral, e da obra de Ramos de Azevedo começou a mudar na década seguinte, quando foram solicitados ao Condephaat os tombamentos da residência do arquiteto no bairro da Liberdade e as instalações do antigo hospital psiquiátrico no Juquery. A consulta à documentação do acervo do Escritório Técnico Severo Villares foi fundamental para a valoração e posterior tombamento de ambos.

Pouco antes a empresa Severo e Villares havia se extinguido e o arquivo desfez-se, transformado em sucata de papel. Porém, ainda que incompleto, significativa documentação foi preservada. Os negativos de vidro das fotografias e seleção de projetos originais foram coletados pelo professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Carlos Lemos. E o portfólio, uma ou outra prancha de projeto de prédios tombados e cópia xerográfica do caderno de indexação dos projetos foi recolhida pelo Condephaat.

A colaboração e troca de informações entre as duas instituições está na origem da organização da documentação hoje reunida e acessível na Biblioteca da FAUUSP. Não é intenção aqui tentar arrolar a gama de trabalhos derivados das consultas a esse acervo. Mas sim reconhecer que esses estudos contribuíram para reposicionar a contribuição do arquiteto e, se não eliminar, ao menos atenuar as

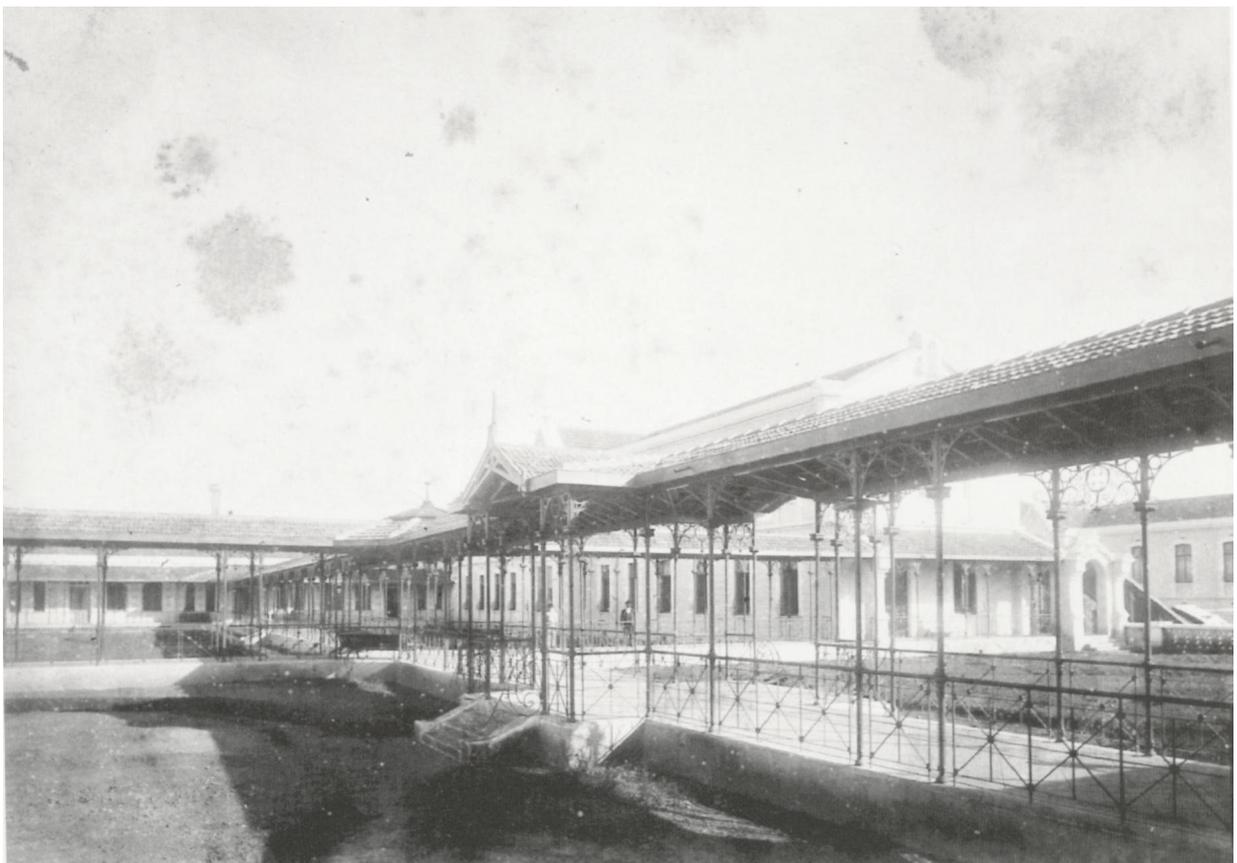
apressadas classificações da produção eclética em São Paulo como arquitetura sem valor.

Do ponto de vista da preservação oficial realizada pelo Condephaat também aos poucos vem sendo possível ampliar a categorização dos valores atribuídos a sua produção, não mais restrita à representatividade afetiva. Da produção do escritório, além dos referidos Teatro Municipal e Escola Normal Caetano de Campos; sua casa e o Hospital Juquery estão tombados e ainda, dentre outros, a Catedral de Campinas, que teve sua participação ou do escritório que fundou; séries de estabelecimentos escolares; o Mercado da rua Cantareira; o Palácio das Indústrias; a Casa das Rosas e Residência na Alameda Cleveland que pertenceu à família Santos Dumont, dentre outras.

Muitas das residências arroladas em seu portfólio não existem mais, mas fazem parte da meticulosa apreciação feita dessa produção em trabalho acadêmico, posteriormente publicado (CARVALHO, op.cit.).

O certo é que desde o resgate que evitou a perda total do acervo da obra desse arquiteto de fundamental importância para São Paulo, e de trabalhos derivados de seus documentos, a apreciação da arquitetura eclética em São Paulo ampliou-se e pode ser feita mais fundamentadamente.

Figura 5: Reprodução de fotografia da estrutura de circulação do Hospital Militar no portfólio de Ramos de Azevedo



Fonte: Acervo Condephaat



3.2.3. O tombamento da obra de Vilanova Artigas e de Rino Levi

Ainda nos anos 1980 houve episódicos e esparsos tombamentos de obras modernistas em São Paulo. Atos isolados, como os conduzidos mais por identificação do presidente do Condephaat de então, Ruy Ohtake, e de seus membros com a arquitetura moderna, do que por solicitação da comunidade, ou risco de desaparecimento. Foram então tombados a sede do Museu de Arte de São Paulo de Lina Bo Bardi e a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP de Villanova Artigas. Até então a preservação oficial de prédios modernos era algo muito raro em São Paulo e no Brasil em geral. Sem esquecer, os prematuros tombamentos da arquitetura de Niemeyer no prédio do Ministério da Educação e Saúde e em Pampulha feitos pelo Iphan. Em São Paulo pouco havia sido feito nesse sentido (WOLFF; ZAGATTO, 2016). Tampouco não havia ainda o organismo internacional formado com vistas à preservação do legado moderno, o Docomomo, (Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement), fundado apenas em 1988.

Deste modo, custaram a ser atendidas outras solicitações encaminhadas ao Condephaat, com vistas ao tombamento tanto da produção arquitetônica de Vilanova Artigas, quanto a da obra do arquiteto Rino Levi. Mas, quando afinal se iniciaram as pesquisas de avaliação destes pedidos, estes levantamentos contaram com a primorosa organização do acervo de projetos da Biblioteca da FAUUSP que reuniu a documentação advinda dos escritórios desses arquitetos.

Artigas, professor de toda uma geração da chamada Escola Paulista de Arquitetura, era já amplamente reconhecido. Já a obra do arquiteto Rino Levi vinha recebendo progressiva atenção positiva nos meios acadêmicos, quando da abertura dos estudos.

O atendimento às solicitações, contudo, apresentava grande complexidade, pois as listagens arrolavam indiscriminadamente toda a extensa produção de ambos os arquitetos. E era necessário proceder-se uma seleção que representasse o conjunto. A demora acarretou, inclusive, a repetição de procedimentos do órgão, o de analisar individualmente bens de sua autoria, destacados do conjunto solicitado inicialmente. Sob circunstâncias variadas, como vinha acontecendo na prática anterior do Condephaat, algumas obras de Rino Levi acabaram sendo tombadas antecipadamente, desmembradas da análise conjunta da produção do autor.

No início do estudo sistemático sobre o arquiteto a área técnica argumentava:

O CONDEPHAAT já vem reconhecendo a relevância da produção do arquiteto Rino Levi e de seu escritório há tempos. Inicialmente pela própria abertura dos estudos de tombamento de grande número de edificações projetadas pelo arquiteto e seu escritório. Também já reconheceu com o instituto do tombamento a sede do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil; a casa de praia em Ubatuba, a sede do Instituto Sedes Sapientie e, mais recentemente, os remanescentes do Teatro Cultural Artística, queimado por incêndio.

Foram arquivados o Hospital do Câncer e o Edifício Plavinil Elcor, por terem as essências dos projetos bastante descaracterizados por ocasião das primeiras análises.

Lembremos ainda a perda na luta empreendida pela preservação da casa do próprio arquiteto na rua Bélgica que se tentou tomba, mas cuja demolição acabou por impor-se.

Assim propomos o aprofundamento do estudo da obra de Rino Levi sempre reconhecendo que seria o primeiro estudo sistemático da produção da obra de um arquiteto. Vale salientar que, a despeito do reconhecimento das qualidades individuais da obra do arquiteto, o interesse do estudo e da preservação se dá por ser ele representativo da produção de São Paulo e por ter sido pioneiro na introdução



de uma série de programas significativos da cidade em sua estruturação no século XX.

[...] acreditamos que não apenas a obra do arquiteto estará bem documentada e preservada, como também estarão representados através de diferentes tipos de programas arquitetônicos em sua relação com a cidade, processos de transformação de São Paulo e de sua arquitetura no ritmo de modernizações do século XX (UNGARETTI, A. A. P e WOLFF, 2010).

Afinal, o exame do conjunto de solicitações de tombamento da obra de Rino Levi acabou por constituir o primeiro estudo sistemático feito pelo Condephaat com vistas a seleção de exemplares significativos da obra de arquitetos específicos. Muita reflexão foi feita sobre com que critérios realizar seleção representativa, paralelamente às ações de examinar as pranchas de projetos e vistoriar as edificações.

Quando afinal iniciaram-se esses estudos para proceder a avaliação da pertinência e seleção do que tomar, a pesquisa documental foi realizada com consultas ao já referido acervo de projetos da FAUUSP. A metodologia empregada, assim como nos outros estudos temáticos antes referidos, esteve fundamentada no exame de cópias dos desenhos.

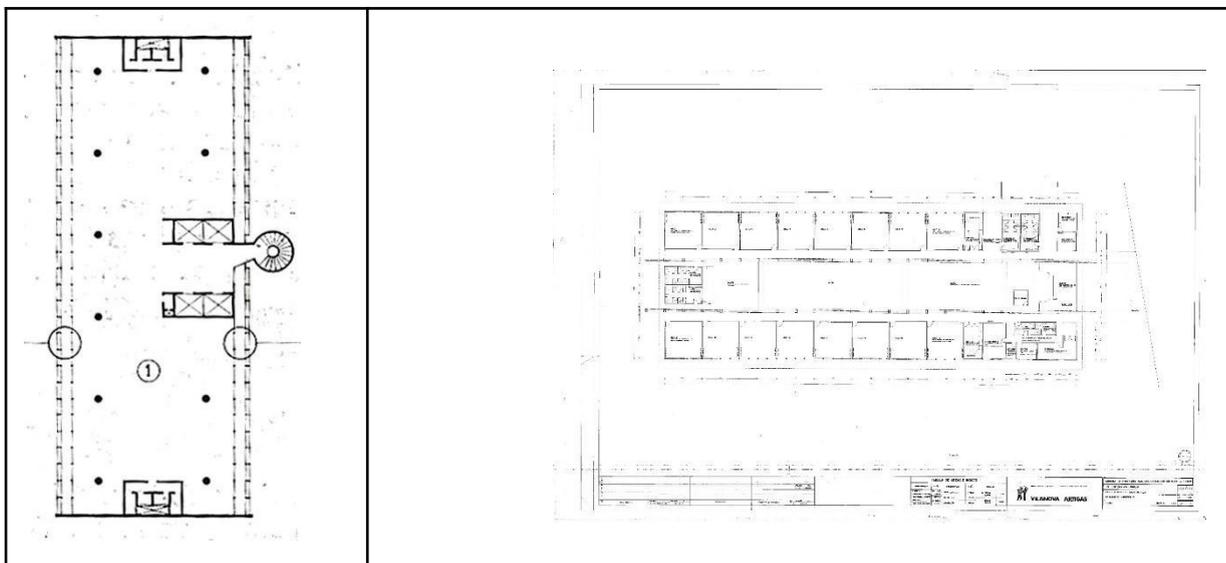
Mas, diferentemente dos outros tombamentos pelo Condephaat das obras públicas, ou de Ramos Azevedo acima descritos, nestes casos já havia estudos acadêmicos realizados sobre ambos os arquitetos. Para seleção dentre a extensa lista da grande produção cuja preservação oficial havia sido solicitada, além da experiência acumulada nos outros estudos temáticos já realizados pelo Condephaat, contribuiu o fato de que, como referido, o arquiteto Rino Levi já vinha sendo estudado e que havia referências críticas anteriores (ANELLI; GUERRA; KON, 2001).

O conjunto de obras tombado resultou lista enxuta e restrita a representar aspectos da obra do autor e não toda a sua produção como inicialmente havia sido pedido. O caráter restritivo das seleções já vinha sendo assunto tratado em outros estudos e análises de tombamento.

Nos estudos de tombamento vimos aos poucos firmando um entendimento do caráter restritivo, sintético e seletivo que deve necessariamente se imprimir à preservação oficial no Estado de São Paulo. No nosso entender, devemos formar, especialmente na representação de arquitetura e urbanismo, mas não apenas, séries que permitam compreender, ainda que com recortes temáticos e temporais, a constituição da cultura material paulista até o presente (UNGARETTI, A. A. P e WOLFF, 2014).

A experiência de apreciação crítica, classificação e seleção para tombamento iniciada nos estudos anteriores da arquitetura pública oficial de escolas e edifícios de segurança pública, e da arquitetura residencial, consolidaram-se no exame da obra realizada sob o comando de um único arquiteto, Rino Levi. Mesmo procedimento empregado logo a seguir para uma seleção que também buscou ser sintética e representativa de aspectos da obra de Vilanova Artigas. Deste modo, a escolha de bens para tombamento privilegiou alguns projetos essenciais que documentassem e sintetizassem fases e elementos presentes em toda a obra do autor.

Figura 6: Reproduções de prancha do andar tipo do Banco Sul-americano de Rino Levi; e da Escola Conceiçãozinha em Guarujá de Vilanova Artigas



Fonte: Acervo de projetos FAUUSP

4. Considerações finais:

O relato e observação das pesquisas realizadas com o uso amplo de coleções de documentos aqui feito pretende contribuir para a afirmação de como eventual, mas também progressivamente, acervos organizados estiveram, ainda que quase em sentido contrário ao dos procedimentos mais cotidianos do Condephaat, na base da preservação e tombamentos feitos por este conselho,

No Condephaat, esses estudos aqui relatados, feitos baseados em pesquisas em conjuntos de documentos arquivados, significaram um esforço de constituição de séries tipológicas que servissem de referencial para as seleções e indicações técnicas para tombamentos futuros.

O estudo das escolas, conforme mencionado, alimentou não apenas a seleção de 121 prédios de escolas de ensino fundamental da Primeira República, a partir de um universo inicial, não totalmente quantificado de mais de 170 prédios, mas também criou conhecimento para os posteriores tombamentos de outros prédios públicos, de ensino, mas não apenas.

Foram tombadas, posteriormente a essa designação, instalações de ensino de outros períodos: um prédio escolar construído no Império, edificações do período da arquitetura moderna e escolas de ensino superior como a Escola Agrícola Luís de Queirós e o Conjunto da Escola Politécnica, ambos da Universidade de São Paulo.

O conhecimento sobre a realização de obras públicas a partir das edificações escolares, também alimentou o agrupamento, análise e tombamento de construções a partir de estudos advindos de esparsas solicitações de instituições de segurança pública, como fóruns e cadeias.

A pesquisa sobre escolas públicas da origem da República foi a mais alentada dos referidos. Mas os demais também vêm fornecendo parâmetros para novas seleções e escolhas. O conhecimento sobre essas duas séries são a base para avaliação de outras solicitações que ainda venham a ocorrer de



construções públicas de qualquer período ou função.

Baseado no acervo da Cia. City criou conhecimento sobre a arquitetura residencial da primeira metade do século XX, e assim colabora para a análise de bens dessa natureza cujo tombamento venha a ser solicitado.

Ramos de Azevedo, como referido, quase não era estudado no início dos anos 1980, quando sua casa e o Hospital do Juquery foram tombados. Os estudos daí derivados, participaram assim, da revisão dos parâmetros críticos que até então prevaleciam, relegando a produção eclética paulista a um certo esquecimento e desprezo até então.

Quanto a Artigas e Rino Levi, ao contrário, já vinham sendo avaliados nos ambientes acadêmicos. Por outro lado, estabelecer critérios para uma seleção que fosse limitada em poucos exemplares, mas não em termos de representatividade da obra de cada um, foi algo possível a partir do exame das coleções de documentos.

O tombamento de fragmentos do que foi construído em São Paulo vem sendo feito há mais de cinquenta anos pelo Condephaat. Esse legado já vinha sendo construído. Porém, realizar apreciações críticas e seleções de bens vistos em conjunto, a partir do contato da documentação sobre eles reunidos, traz outras e mais ricas possibilidades interpretativas. Algo a ser feito, após extensas pesquisas, o que apenas acervos arquivísticos como os descritos ensejam.

O relato dos riscos, perdas e dilapidações que acervos em geral, e esses mesmos empregados nas pesquisas aqui relatadas vêm sofrendo, comparece aqui como enfático alerta sobre o que não deve seguir desaparecendo.

5. Referências

ANELLI, R. L. S.; GUERRA, Abílio ; KON, N. . **Rino Levi: Arquitetura e Cidade**. 1. ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2001.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. **Joseph-Antoine Bouvard, os Melhoramentos de São Paulo e a criação da Cia**. City: ações interligadas. 2015. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Condephaat**, c2021. Pesquisa online de bens tombados. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: 24 de julho de 2021.

GOVERNO FEDERAL. Iphan. 2021. Pesquisa online. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>>, consulta 2 de agosto de 2021

KAMIDE, Edna Hiroe Miguita; PEREIRA, Tereza Cristina Epitácio. **Patrimônio Cultural Paulista: Bens tombados 1968-1998**. São Paulo: Imprensa oficial do estado, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. **Condephaat 50 anos: registro de uma trajetória**. São Paulo: Museu de Arte Sacra, 2018.

MIURA, P. M.; UNGARETTI, A. A. P.; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Residência Artigas I e II P**. Condephaat 66689/12. 2010.

REALE, Ebe. **Brás, Pinheiros, Jardins: Três Bairros, Três Mundos**. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1982.



REGINO, Aline Nassaralla. **Eduardo Kneese de Mello: do eclético ao moderno**. 2011. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Marly. **A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969 - 1987**. São Paulo: Imesp: Unesp: Condephaat: Fapesp, 2000

SOUZA, Maria Claudia Pereira de. **O capital imobiliário e a produção do espaço urbano: o caso da Cia City**. 1988. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5209>. Acesso em: 09 maio 2022.

SPHAN/PROMEMORIA. **Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo de Mello Franco de Andrade, 1936-1945**. Brasília: 1981.

UNGARETTI, A. A. P.; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Instrução para tombamento Cine Ipiranga e Hotel Excelsior** P. Condephaat 33186/95. 2010.

-----**Instrução para tombamento de imóveis no bairro de Higienópolis**. P. Condephaat 72974/14. 2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **FAUUSP**, c2021. Coleção de Projetos. Disponível em: <<http://acervos.fau.usp.br/s/acervos/page/colecao-de-projetos>>. Acesso em: 24 de julho de 2021.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **A preservação de prédios de escolas públicas**. São Paulo: Arqtextos, v. 21, p. 00, 2020.

_____. **As escolas públicas paulistas da Primeira República e seus arquitetos**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 1, p. 91, 1993.

_____. **Escolas para a República: Os Primeiros Passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. v. 1. 384p.

_____. **Instrução para tombamento de Escolas Públicas da Primeira República** P. Condephaat 24929/86. 2010.

_____. **Instrução para tombamento Câmara e Cadeia de Mogi das Cruzes**. P. Condephaat 2214/82. 2013.

_____. **Jardim América: o Primeiro bairro jardim de São Paulo e sua arquitetura**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **PRESERVAÇÃO DA CASA GRANDE, EM RIBEIRÃO GRANDE**. In: **Texto Completo do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio**. Porto: Editora Cravo, 2021, p. 1-16.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos; ZAGATO, J. A. C. **A preservação do patrimônio moderno no Estado de São Paulo pelo Condephaat**. São Paulo: Arqtextos, v. 17, p. 1-15, 2016.



Silvia Ferreira Santos Wolff

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1979), Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1997), ambas na área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie a partir de 2017 em disciplinas ligadas aos temas de Preservação do Patrimônio Cultural e História da Arquitetura e Urbanismo. Atuou como arquiteta efetiva concursada da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, (1982-2021) onde desenvolveu estudos relacionados à preservação do patrimônio cultural. Fundamentalmente nas áreas de pesquisa, identificação, estabelecimento de critérios e análise e orientação de intervenções arquitetônicas e urbanísticas em bens culturais. Tem experiência didática em graduação e de especialização nas áreas de história da arquitetura e urbanismo e em preservação do patrimônio cultural e restauro. Realiza pesquisas e presta consultoria em torno dos temas de sua prática profissional, como preservação da arquitetura e arquitetura oficial de aparelhamento do Estado, urbanismo de bairros jardins e arquitetura residencial, temas de seu mestrado e doutorado, cujos resultados foram publicados pela editora da Universidade de São Paulo, Edusp: "Jardim América, o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura", 2001, 2015 9 2ª ed. e de "Escolas para a República", 2010. Tem atuado sobretudo nas áreas de História da Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura Residencial, Pública e Institucional, além de Políticas de Intervenção em bens reconhecidos como patrimônio cultural.

Como citar: WOLFF, S.F.S. A pesquisa em acervos e a preservação do patrimônio cultural pelo Condephaat em São Paulo. Paranoá. n.32. Jan/jul 2022.
DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.20>

Editores responsáveis: Maria Cristina da Silva Leme, Daniela Ortiz e Liz Sandoval.